

O ATLAS DE VIAGEM DE SPIX & MARTIUS

JOSÉ RODOLFO MONTEIRO¹

Em inícios do século XIX, num contexto de grandes avanços no campo científico, algumas comitivas de viajantes naturalistas, ainda movidas pelo espírito iluminista, vieram para o Brasil. Dentre estas se encontrava a dos alemães Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix, sobre a qual nos debruçamos. A pesquisa é de caráter iconográfico, trabalhando com o atlas de *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820* no seu conjunto. As estampas do atlas foram catalogadas e sistematizadas identificando os desenhos esboçados em sua maioria por Martius, Spix e Thomas Ender, e posteriormente, já na Europa, redesenhadas e gravadas por diversos artistas. O objetivo de nossa reflexão aqui é o de identificar o valor do atlas como fonte para o conhecimento do Brasil no século XIX.

Grande parte da produção de imagens referentes ao Brasil oitocentista foi realizada por homens da ciência e artistas estrangeiros, e destinada ao público europeu. A pesquisa apontou características relativas à execução e intenções de motivos que descreviam a realidade natural e social brasileira. Em certos momentos, ao analisar as imagens do atlas, percebeu-se que foram utilizados modelos iconográficos de longa tradição na história da arte européia. A partir das viagens a diferentes partes do território brasileiro, esses viajantes europeus elaboraram seus respectivos relatos e produziram uma variedade de imagens, que tinham por objetivo retratar o mais fiel possível o cenário do mundo americano e se tornarem parte da história brasileira. Para o europeu, a América oferecia um tipo de espetáculo diverso daquele conhecido no Velho Mundo, pois remetia à natureza e ao modo como ela foi sendo desenhada, pelo olhar do viajante, que oscilava entre o pictórico e a sedução pelo sublime.

A pesquisa permite-nos a percepção da serventia de um atlas de viagem para a construção do conhecimento histórico. Sua leitura, catalogação e interpretação possibilitam-nos tomar conhecimento de uma gama de assuntos que podem ser abordados, o que constitui sua riqueza documental. A obra de Martius e Spix – tanto a narrativa quanto o atlas, *Viagem pelo Brasil: 1817 - 1820* – colaborou à constituição do imaginário do brasileiro.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT.

Contexto Histórico-Cultural da viagem de Spix E Martius

As expedições naturalistas fazem parte do período das luzes e do cientificismo, ocupando destacada posição. Movidas por este espírito, várias comitivas de viajantes são formadas, avançando por variadas regiões até então pouco conhecidas, a explorá-las mediante a observação de sua fauna, flora e população.

O Iluminismo foi de proveitosas descobertas e consideráveis avanços em vários campos. Seja na filosofia, na literatura, na ciência ou nas artes, seus desdobramentos excederam as fronteiras do continente europeu, transmitindo seus valores em cada local onde sua presença se fez sentir.

Surgiu a idéia de um novo homem, vivendo sob uma nova ordem de coisas, sob um novo espírito, o espírito das *luzes*; trazendo uma visão de si, conjugada com uma nova visão do mundo, é este o homem que nos demonstra Vovelle (1997), em seu *Homem do Iluminismo*. Sob sua direção, essa coletânea apresenta-nos uma série de ensaios, que nos permitem considerar um painel geral sobre este período e sobre os homens que nele viveram.

Já em sua introdução, Vovelle nos remete à *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, ícone da época, na tentativa de elucidar ou, ao menos, tornar mais acessível este homem que vive e se move sob esta nova ordem, partilhando de um espírito que parece fluir luzes, a partir de sua própria perspectiva.

Os ensaios de Jean-Jacques Rousseau desempenharam um papel original dentro da filosofia dos séculos XVIII e XIX; eram presentes no contexto científico dos viajantes filosóficos. Rousseau possuía um “espírito romântico”; entendo que a natureza era a fonte da felicidade humana. Os naturalistas, como Rousseau, fizeram da natureza o ponto central de suas teorias.

A civilização, para Rousseau, é responsável pela degeneração das exigências morais mais profundas da natureza humana, mas o desenvolvimento pleno dos sentimentos só ocorreu quando foram estabelecidas as primeiras civilizações – baseadas no grupo familiar. No estado civilizado o homem deveria bendizer o instante que o arrancou da animalidade e combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos. A humanidade caminharia rumo à civilização - sendo essa evolução por estágios-, e por ser boa de natureza, se tornaria uma sociedade livre e igual.

Neste contexto está inserida a viagem de Martius e Spix ao Brasil. A consciência de ser europeu e de pertencer ao “mundo civilizado”, assim como as categorias científicas de inícios do século XIX, influíram decisivamente na maneira em que os viajantes científicos se aproximaram do seu objeto. Porém, a própria viagem levou os viajantes a formularem juízos mais diferenciados, matizando suas opiniões até chegar a afirmar que o negro contribuía na formação do Brasil “com seu próprio suor”. O intuito dos viajantes no seu relato era o de estabelecer “o estado de civilização” - no sentido de Rousseau - e o de contribuir na construção da História do Brasil.

Nato de Erlangen em 17 de abril de 1794, Martius forma-se em medicina em 1814; depois de graduado, permanece estudando botânica. A partir de 1816 passa a trabalhar no Jardim Botânico de Munique, de onde parte para sua expedição ao Brasil. Após o retorno, exerce o cargo de conservador-chefe dessa instituição científica no período de 1832 a 1854; em seguida, torna-se membro numerário da Real Academia de Ciências da Baviera e membro honorário do IHGB do Rio de Janeiro. Morre em Munique, em 13 de dezembro de 1868, aos 74 anos.

Já Spix nasceu em Höchstadt, em 9 de fevereiro de 1781. No seu atributo de zoólogo, ao ser chamado para participar da expedição, assume a responsabilidade da investigação não só do reino animal, mas também do homem, isto é, tanto dos povos indígenas quanto dos diversos grupos de povos. Devido a complicações na saúde, resultante de doenças contraídas ainda durante a realização da expedição falece prematuramente, em 13 de março de 1826 na cidade de Munique.

A viagem dos naturalistas ao Brasil ocorre devido ao casamento da arquiduquesa austríaca, D. Leopoldina, com o príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara. Para a ocasião, fora circunspeta uma missão científica, que acompanharia D. Leopoldina ao Brasil. Os bávaros foram acionados ao séquito graças a um convite recebido de Maximiliano José I, unindo-se aos cientistas austríacos, para representarem a Baviera junto à missão.

Em 6 de fevereiro de 1817 partem da Áustria e em 15 de julho, do mesmo ano, aportam no Rio de Janeiro. Em sua empreitada, percorrem mais de 10.000 quilômetros.

Partindo da província do Rio de Janeiro, vão para São Paulo, subindo posteriormente para Minas Gerais. Seguem percorrendo o leste do país, rumando em seguida para o oeste, até atingirem o Amazonas.

Posteriormente ao retorno à Europa, Spix e Martius publicam o relato de sua expedição, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* (Spix & Martius, 1968), juntamente com um atlas. Para nossa pesquisa, trabalhamos com uma versão traduzida ao português. Sua obra resulta das observações que fazem em toda a viagem, e foi publicada no decorrer de nove anos. Em 1823, logo após retornarem, publicaram o primeiro volume; os próximos saíram em 1828 e 1831, sob responsabilidade de Martius, logo que Spix morrera.

A acuidade do assunto é apresentada justamente pela riqueza documental contida no atlas. Seu conjunto de imagens permite um amplo leque de propostas de estudo. Por conseguinte, apesar de já trabalhado por alguns estudiosos, muito há ainda por se explorar. A documentação concernente ao indígena e a natureza incorporada ao atlas é de singular riqueza e beleza. Assim, o que nos propomos trabalhar diz relação com a sistematização, catalogação e interpretação do atlas de *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*.

Estabelecido nosso objeto de estudo, iniciamos a catalogação das 53 imagens do atlas. Em vias de conclusão da leitura, iniciamos o estudo de obras de caráter referencial, como respaldo para nossa análise interpretativa. Reiniciamos a leitura de *Viagem Pelo Brasil: 1817-1820* (Spix & Martius 1968) o qual foi meu objeto de pesquisa PIBIC 2007-8. Essa obra foi publicada em três partes: o primeiro volume saiu em 1823, com 412 páginas; o segundo, em 1828, estendeu-se até a página 884; e o terceiro, em 1831, completou 1.388 páginas. Seguiam a obra, um atlas e um anexo musical. A primeira tradução para o português foi gerada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, em celebração ao seu centenário, e publicada, em 1938, pela Imprensa Nacional.

Viagem Pelo Brasil: 1817-1820 é abastada em seu detalhamento e na diversidade de assuntos que trata. A narrativa deriva das observações que fizeram os naturalistas em todo seu périplo, entusiasmada pelo espírito iluminista. Spix, como zoólogo, viria designado não só a investigação do reino animal, mas também de tudo que proferia respeito ao homem. Deveria ele observar, “o seu estado físico e espiritual, etc.; a morfolo-

gia de todas as espécies de animais, os seus hábitos e instintos, a sua propagação e migrações [...]” (Spix & Martius, 1968, vol. I, p. 22)

Martius, como botânico, ficou responsável pelo estudo da flora tropical e de suas formas, preferencialmente para as plantas de origem autóctone. Necessitaria ainda, através de identificações, tentar situar a origem das plantas, apurando também as semelhanças dos clima e a geologia de cada localidade.

Ao todo, a coleção de Spix e Martius contou 85 espécies de mamíferos, 350 de pássaros, 130 de anfíbios, 116 de peixes, 2700 de insetos, 80 de aracnídeos, 80 de crustáceos, e 6500 espécies de plantas, compondo um herbário de 20.000 exemplares. Ainda levaram para a Europa centenas de plantas e alguns animais vivos, dois índios, numerosos minerais e muitos objetos etnográficos.

Nosso foco de estudo no atlas, em *Viagem Pelo Brasil: 1817-1820* foram as observações que os viajantes fizeram das populações indígenas e das populações negras. Em tais observações, procuramos particularmente identificar como se manifesta a compreensão do homem nas imagens do atlas. Verificamos também como os assuntos foram catalogados e sistematizados, considerando que travaram contato com vários grupos de escravos e nações aborígenes.

Spix e Martius apreciaram as características e a miscigenação do Brasil e viram toda a história da evolução humana compressa no país que visitavam, e afirmaram que o país assimilou em três séculos, o que a humanidade conduziu por milênios, acreditando num futuro próspero para o país: (ibidem, p.147)

Com exímio conhecimento voltado para as questões etnográficas, a obra de Tekla Hartmann, *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros no século XIX* (HARTMANN 1975), possibilitou-nos adentrar nas pranchas produzidas sobre índios, das viagens naturalistas dos séculos XVIII e XIX, e o valor etnográfico dessas imagens. Hartmann analisa que, mesmo buscando a fidelidade de retratação, os desenhistas possuíam diferenças de estilos marcantes assim, por exemplo, observa que Martius seria pintor de cenas, internas ou externas; enquanto que Florence com aversão às cenas, só fornecia justaposições de estudos individuais.

A pesquisadora ainda lembra que esses artistas e cientistas viajantes contemporâneos se valiam do mesmo “modelo” em seus desenhos, ou seja, o corpo de um índio não mudava; mudavam somente seus adornos, tatuagens, vestuário e plumagens. Hart-

mann também nos alerta das mudanças que os esboços sofriam na hora da execução das litogravuras.

Temos necessariamente que levar em conta os gravadores das imagens, pois os mesmos também seguiam moldes europeus e modificavam os desenhos para satisfazer o gosto de seu público, idealizando a imagem dos índios, cuja beleza e bondade deveriam caminhar juntas. Nesse sentido, Hartmann chama atenção sobre a importância de analisar tanto o desenho original quanto o publicado em livros.

Por fim, a tese de Tekla Hartmann fornece, ainda hoje, importantes diretrizes para a aproximação a tais fontes iconográficas e etnográficas. E a fonte imagética amplia a pesquisa do historiador, colabora nas incursões metodológicas e didáticas se encarada com a mesma postura crítica que a fonte escrita.

Um texto relevante à pesquisa é o artigo de Erwin Panofsky “Iconografia e Iconologia” (1989). O autor elabora uma metodologia para a leitura de imagens em que distingue três diferentes níveis de interpretação dentro do objeto artístico. O primeiro, que diz respeito ao significado primário ou natural, consiste na apreensão dos motivos, a saber, as cores e formas, objetos e eventos. A segunda etapa, ou definição secundária ou convencional, é a compreensão de idéias e conceitos anunciados por meio dos motivos já reconhecidos, a assimilação da composição. A terceira que Panofsky chama de significado intrínseco ou conteúdo, e o mais concretamente discutido, denomina-se de etapa de interpretação iconológica. Conserva relações com o sentido contextual da imagem e ao seu conteúdo intelectual.

Em *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, Karen Macknow Lisboa (1997), trabalha os conceitos de natureza e civilização, problematizando o pensamento dos bávaros. Apesar de tratar mais de questões relacionadas com a natureza na narrativa dos cientistas, Lisboa inclui um capítulo dedicado às observações que fazem os viajantes sobre os negros e índios. A partir dos conceitos de natureza e civilização, a autora escreve sobre o pensamento dos naturalistas, inserindo-os também no contexto científico da época. Por meio do conceito de civilização, o europeu ocidental incorpora um conjunto de características das quais se orgulha: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras”, o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais (LISBOA 1997, p. 56).

O século XVIII desenvolverá um estilo de viagem característico, que se estende por todo o século XIX, a saber, as expedições motivadas por razões científicas, realizadas, em sua maioria, por naturalistas. Lisboa sintetiza, que os viajantes não só estudavam os homens, mas procuravam chegar a um “verdadeiro conceito de Humanidade”. (LISBOA 1997, p.39-41)

Já o livro *Rugendas e o Brasil* (DIENER e COSTA 2002) publicado no ano da comemoração de 200 anos do nascimento de Rugendas (1802-1858) – e 180 anos da chegada ao Brasil, na Expedição de Langsdorff – oferece uma catalogação integral da obra do artista sobre o Brasil. Esse livro serviu de instrumento metodológico a nossa pesquisa, nos dando parâmetros para uma análise contextual de um conjunto de imagens. Pablo Diener e Maria de Fátima Costa abordam as litografias com base em desenhos sobre o Brasil, desenhadas por Rugendas, que foram publicadas na obra *Voyage Pittoresque dans le Brésil* (1835). Os desenhos da viagem estavam dirigidos ao grande público, contando com a participação de 22 litógrafos e de Victor Aimé Huber na preparação dos textos. Até hoje o livro de Rugendas é considerado um dos mais importantes documentos iconográficos sobre o Brasil do século XIX.

Análise de uma imagem: Préstitos Festivos Dos Tecunas



Préstitos Festivos dos Tecunas. 1828. Desenhista: Spix. Gravador: Philipp Schmid. Litografia; medidas (folha/gravura): 21 X 29,5 / 13 X 27 cm.

A referência aos Tekuna na iconografia de viajantes é bastante extensa. No atlas de *Viagem pelo Brasil* localiza-se uma gravura intitulada *Préstitos Festivos dos Tecunas* (28ª prancha). A imagem traz a representação do cortejo solene dos Tekuna, no qual integrantes da etnia vestem grandes máscaras de animais e de elementos da natureza. Dois personagens envolvidos em capas e cujas máscaras têm traços humanos, caminham ao lado de duas crianças. Estes abrem o préstito. Atrás aparecem pessoas mascaradas de anta, onça, veado, milho, macaco, entre outros; e estão vestidas com “cache-sexe” de tecido branco. No fim do préstito figuram duas índias sem máscaras que carregam suas crianças de colo

O motivo provavelmente foi registrado por Spix, quando o naturalista viajava sozinho pelo alto do Solimões, chegando até Tabatinga em 7 de dezembro de 1819. Nessa ocasião, o naturalista estabeleceu contato com os Tekuna (enquanto Martius estudava os Jurí).

Já que Spix morrera antes da confecção do Atlas, Martius compôs a imagem e o capítulo da narrativa de viagem sobre os Tekuna. Nestas condições, a lembrança indireta de Martius incide diretamente sobre as representações dos Tekuna e, conforme Tekla Hartmann,

[...] o relato sobre a viagem pelo Solimões representa uma vivência vicária, e a lembrança de cerimônia presenciada por Martius entre os Jurí coloriu a reprodução da experiência de Spix entre os Tukúna. A inclusão de três máscaras de procedência jurí nos “Préstitos festivos dos Tukuna” parece confirmar essa hipótese. (HARTMANN 1975, p.52)

Sendo assim, a representação dos Tekuna no atlas perderia parte do seu valor etnográfico. Mas antes de descartarmos, integralmente, essa referência, iremos examinar as descrições – tanto na narrativa quanto no atlas – sobre os aspectos físicos, os ornamentos e as máscaras dessa etnia. Os aspectos físicos são descritos da seguinte forma na narrativa,

Esses indígenas são descritos como tribo de índios muito esbeltos. Assim eles aparecem no esboço de um préstito desenhado pelo Dr. Spix, e assim encontrei também um da tribo que em Maripí admiti entre os meus remadores. A estranha magreza das suas extremidades será acaso resultado do hábito de guarnecer o artelho abaixo do joelho com uma atadura de polegada de largura? (SPIX e MARTIUS 1968, vol. III, p. 215)

Essa citação confronta-se com a imagem do atlas, pois, apesar de citar uma “estranha magreza” dos índios, a narrativa de viagem não os cita como vemos na prancha *Prestitos Festivos dos Tecunas*, sem traços fisionômicos dos não mascarados e deformação dos corpos dos adultos e das crianças. Ao contrário, Martius os descrevera como “tribo de índios muito esbeltos”.

Os ornamentos dos Tekuna também são retratados na obra de Spix e Martius,

Quando cheguei a Tabatinga, vi diversas igaras vogando para terra, cheias de índios nus, trazendo guarnições de pena em torno dos braços e joelhos, hombreiras e testeiras, e os lombos cobertos com um delicada faixa de entrecasca. (SPIX e MARTIUS 1968, vol. III, p.210)

A prancha do atlas não demonstra o que a narrativa descreve; ao contrário, os Tekuna não são representados com qualquer desses ornamentos, nem pelas braçadeiras de pena que era o mais comum dos adornos entre os Tekuna. Conforme Tekla Hartmann, “[...] quatro índios da gravura apenas exibem impossíveis “cache-sexo” de tecido branco, cuja função, se foi a de não escandalizar o público leitor, pelo menos num dos dançarinos, o que ostenta a máscara de macaco, foi ignorada.” (HARTMANN 1975, p.55)

E por fim, estão representadas as máscaras na obra dos naturalistas bávaros, talvez o pontal nodal dessa gravura. Já na primeira análise, sem muitos detalhes, é possível notar semelhanças entre a cultura dos Tekuna e dos Jurí (juripixúna). Na narrativa, o préstito dos Tekuna é retratado da seguinte maneira,

[...] Formavam um préstito formal. Aquele que figurava o diabo jurupari, trazendo máscara de macaco, abria a marcha; a cauda de seu vestido, feito de entrecasca, era levado por duas pequenas índias. Em seguida vinham outros mascarados, um figurando um veado, outro um peixe, um velho tronco de árvore, etc. (SPIX e MARTIUS 1968, Vol. III, p. 210)

E ao se referir aos Jurí, Martius relata,

[...] me chamaram a atenção alguns mascarados, que corriam de um lado para o outro, entre a fila dos dançadores. Eram índios nus, que apresentavam cabeças monstruosas, hediondas [...] trazia a máscara, que figurava uma cabeça de anta, andava de quatro pés e com o focinho imitava a mímica da anta, quando se refocila no chão (Ibidem, p. 236-37)

O que essas citações da narrativa de viagem e a imagem *Prestitos Festivos dos Tecunas* nos deixaram claro é que o complexo de máscaras Tekuna, e sua cultura, não

podem ser estudados sem o referencial contínuo da cultura dos Jurí. Sobre esse assunto, Tekla Hartmann afirma que há “necessidade de um estudo sistemático das máscaras tukúna, tendo em vista a elaboração de uma tipologia destes objetos”. Segundo a erudita etnóloga, esse seria o único procedimento que permitiria elucidar os padrões culturais dos Tekuna e apreender na justa medida o valor etnográfico da representação do Atlas. (HARTMANN 1975, p. 61)

Considerações Finais

No percurso das viagens a diferentes partes do território brasileiro, os viajantes europeus elaboraram relatos e produziram uma grande variedade de imagens, que tinham por objetivo retratar o mais fiel possível o cenário americano. Para o europeu, o mundo americano oferecia um tipo de espetáculo diverso daquele conhecido no Velho Mundo, pois remetia à natureza e ao modo como ela foi sendo desenhada, pelo olhar do viajante, oscilando entre a classificação e a sedução pelo sublime.

A pesquisa pôs em evidência a utilidade de um atlas de viagem para a construção do conhecimento histórico. Mas também fica claro que esse tipo de frutos exige uma análise cuidadosa, com base num sólido conhecimento contextual. Só assim, imagens poderão lançar luzes que nos permita uma compreensão mais abrangente da formação de nossa nação.

Referências Bibliográficas

- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. Vol. 2: Um Lugar no Universo. Fundação Odebrecht. São Paulo: Metalivros, 1994.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e Imagem. Trad. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima. **Rugendas e o Brasil**. São Paulo: Editora Capivara, 2002.
- HARTMANN, Thekla. **A Contribuição da Iconografia para o Conhecimento de Índios Brasileiros do Século XIX**. Coleção Museu Paulista. São Paulo, 1975.

KURY, Lorelay. “Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Vol. 8. Suplemento. p. 863-80. 2001. Em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1997.

PANOFSKY, Erwin. “Iconografia e Iconologia”. In: **Significados nas Artes Visuais**. Trad. Lisboa Presença, 1989; p. 31-47.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Trad. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968; 3 vols.

_____. **Atlas da viagem pelo Brasil**. Trad. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Trad. Lisboa: Editorial Presença, 1997.